

**DÍVIDAS ESTADUAIS, FEDERALISMO FISCAL E DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL:
PERCALÇOS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI****Alexandre Manoel Angelo da Silva**Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.**Aristides Monteiro Neto**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dirur/Ipea.

José Carlos Gerardo

Analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

Neste Texto para Discussão, são problematizadas algumas implicações da trajetória do endividamento dos estados, na década de 2000-2010, sobre o quadro das desigualdades regionais. Estuda-se a repercussão dos subsídios no vigente federalismo fiscal brasileiro, com ênfase em dois aspectos considerados relevantes. Em primeiro lugar, o dimensionamento dos subsídios implícitos em relação às dívidas estaduais e a correspondente identificação de seus beneficiários. Em segundo, a avaliação das capacidades estaduais de empreender trajetórias de atuação sobre a política pública com base no seu esforço próprio de investimento público.

São discutidas algumas das precondições para que os governos estaduais viessem a viabilizar trajetórias próprias de investimento depois de realizado o ajustamento das finanças. Pergunta-se se a resolução da questão do endividamento estadual – que se arrasta desde 1997-1998 – já teria tido condições de produzir resultados positivos sobre o ciclo de crescimento das economias estaduais brasileiras na década em consideração.

Para os governos estaduais no Brasil contemporâneo, cada vez mais se configura um quadro de passividade quanto ao desenho e à implementação de políticas públicas. Os estados têm se caracterizado como meros administradores de recursos transferidos da União para políticas centralmente definidas – principalmente, saúde, educação e assistência social – e como negociadores apáticos de propostas de investimento junto à União e suas estatais e ao capital privado. A centralização de receitas tributárias na esfera da União e, por conseguinte, a baixa participação dos estados na base tributária nacional têm constituído elemento favorável à lentidão observada na recuperação das finanças estaduais.

Contribuição importante para a literatura sobre federalismo fiscal no Brasil é apresentada por meio do

cálculo dos subsídios implícitos dados pelo Tesouro Nacional aos estados em função das regras acordadas na renegociação das dívidas. Com base nestas estimativas, foi possível identificar quais são as Unidades da Federação (UFs) mais e menos beneficiadas e quais são os montantes envolvidos.

O desenho e os parâmetros da renegociação das dívidas estaduais foram bem mais favoráveis aos estados da federação mais endividados, sendo estes as economias mais industrializadas e com melhor dotação de infraestrutura física e social – financiada, no passado, pelo próprio endividamento. A atuação do Tesouro Nacional por meio de subsídios, a partir de 1997, contribuiu para solucionar o crescente e desenfreado endividamento dos estados verificado no país até então. Entretanto, a trajetória assumida ao longo do tempo pelos níveis de subsídios aos estados vem contribuindo para a manutenção das desigualdades regionais.

A questão de se o equacionamento e a melhoria das finanças públicas já poderiam ter contribuído para que os governos estaduais fossem capazes de montar estratégias de investimento com significativo impacto sobre o crescimento econômico ainda está em aberto. O investimento público estadual logo após a fase de ajustamento caiu como proporção dos PIBs estaduais; ousou, contudo, uma recuperação a partir de meados da década de 2000. Tomado em conjunto, entretanto, o investimento público como fração do PIB não tem ultrapassado 1%, embora regionalmente o quadro seja mais nuançado, com Norte e Nordeste atingindo 2% ou mais do PIB. Estados da região Sudeste expandiram seu nível absoluto de investimento, mas continuam com uma relação entre investimento público e PIB muito baixa, situando-se, na média, abaixo de 1%.